

INTERPRETAÇÕES DO BRASIL E A GEOGRAFIA

INTERPRETATION OF BRAZIL AND GEOGRAPHY

INTERPRETACIONES DE BRASIL Y LA GEOGRAFÍA

RESUMO

Introdução: Interpretações do Brasil identificam um conjunto temático de estudos e de estudiosos sobre o país como, território, nação e formação e identidade nacional, surgidos ao longo do século XIX. A Geografia em sua trajetória como ciência moderna elaborou importantes interpretações de Brasil. **Objetivo:** A proposta deste artigo é trazer para o debate os estudos desenvolvidos pela ciência geográfica brasileira sobre o Brasil, com intuito tanto de demonstrar como essa ciência estudou o país, como uma totalidade, quanto de refletir sobre o país a partir de sua ótica. No eixo desse debate, está em questão a capacidade da Geografia em oferecer interpretações do Brasil. Pela sua linhagem governamental, associada historicamente à intervenção e ao planejamento territorial, e sua dedicação sobretudo aos estudos do tempo presente, a Geografia seria capaz de oferecer interpretações do Brasil ou estaria mais estruturada para oferecer descrições e explicações do país ou parte dele? **Método:** A partir de levantamentos e análises bibliográfica e documental, buscando esboçar uma resposta, iniciamos discutindo a expressão interpretações e as características de um conjunto de trabalhos denominado "Interpretações do Brasil" e "Pensamento social brasileiro". Na sequência, partindo da contextualização das ideias de Brasil, em primeiro lugar passamos por temas, debates e pensadores do projeto nacional e, em seguida, por interpretações e interpretes do país. A partir de então, o foco foi direcionado à Geografia brasileira e seus estudos sobre país. Para tanto, apresentamos geógrafos que pensaram o Brasil e suas principais interpretações. **Resultados:** Foram destacados e discutidos 17 estudiosos da geografia do Brasil, formados antes e depois da constituição do campo científico da Geografia brasileira, com seus respectivos legados e contribuições mais importantes à interpretação do país e à intervenção do seu território. **Conclusão:** A Geografia elaborou valorosos estudos e interpretações sobre o país tanto de caráter ensaístico quanto descritivo. Após a segunda metade do século XX, em função da expansão dos protocolos científicos, passaram a dominar um sentido descritivo e explicativo nas interpretações do Brasil, observação que também pode ser estendida para outras áreas das ciências humanas.

Palavras-chave: Interpretações do Brasil; Geografia brasileira; interpretes e geógrafos brasileiros; território; nação.

ABSTRACT

Introduction: Interpretations from Brazil identify a thematic set of studies and scholars about the country as, territory, nation and formation and national identity, which emerged throughout the nineteenth century. Geography in its trajectory as a modern science has developed important interpretations of Brazil. **Objective:** The purpose of this article is to bring to the debate studies developed by Brazilian geographic science about Brazil, in order to demonstrate how this science studied the country, as a totality and, also, to reflect on the country from this optic. At the heart of the debate, we raise the question about the ability of Geography to offer interpretations of Brazil. How been, historically, associated with the Government, with intervention processes and territorial planning, and dedicated to the studies of the present time, would be the Geography able to offer interpretations of Brazil or would it be more structured to offer descriptions and explanations of the country or part of it? **Methods:** Based on surveys and bibliographic and documental analyses, to outline an answer, we discuss the expression "interpretations", and a set of works called "Interpretations of Brazil" and "Brazilian Social Thought". Starting from the contextualization of these ideas about Brazil, we first visited themes, debates and thinkers of the national project, and then we arrived at the interpretations and interpreters of the country. Finally, we focus on Brazilian

 Mônica Sampaio Machado ^a

^a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2022.65001

Correspondência:
monicasampaiomachado@gmail.com

Recebido em: 26 set. 2021

Aceito em: 11 jan. 2022



geography and its country studies, presenting geographers who thought about Brazil, and their main interpretations of the country. **Results:** 17 scholars of Brazilian geography were highlighted, graduated before and after the constitution of the scientific field of Brazilian geography, with their respective legacies and most important contributions to the interpretation of the country and the intervention of its territory. **Conclusion:** Geography elaborated valuable studies and interpretations about the country, in essayistic and descriptive formats. After the second half of the 20th century, due to the expansion of scientific protocols, descriptive and explanatory interpretations became dominant in Brazil. This phenomenon can also be observed in other areas of the human sciences.

Keywords: Brazilian Interpretations; Brazilian geography; Brazilian geographers and interpreters, territory; nation.

RESUMEN

Introducción: Las interpretaciones de Brasil identifican un conjunto temático de estudios y académicos sobre el país como territorio, nación y formación e identidad nacional, surgidos a lo largo del siglo XIX. La Geografía en su trayectoria como ciencia moderna produjo importantes interpretaciones de Brasil. **Objetivo:** El propósito de este artículo es traer al debate los estudios desarrollados por la ciencia geográfica brasileña sobre Brasil, con el objetivo tanto de demostrar cómo esta ciencia estudió el país, en su conjunto, como de reflexionar sobre el país desde su perspectiva. En el centro de este debate, está en juego la capacidad de la Geografía para ofrecer interpretaciones de Brasil. Por su linaje gubernamental, históricamente asociado a la intervención y planificación territorial, y su dedicación sobre todo a los estudios de la actualidad, ¿la Geografía podría ofrecer interpretaciones de Brasil o estaría más estructurada para ofrecer descripciones y explicaciones del país? o parte de ella? **Método:** A partir de encuestas y análisis bibliográficos y documentales, buscando esbozar una respuesta, comenzamos por discutir las interpretaciones de la expresión y las características de un conjunto de obras denominadas “Interpretaciones de Brasil” y “Pensamiento social brasileño”. Luego, partiendo de la contextualización de las ideas de Brasil, primero caminamos por temas, debates y pensadores del proyecto nacional, y luego por interpretaciones e intérpretes del país. A partir de entonces, la atención se centró en la Geografía brasileña y sus estudios sobre el país. Por eso, presentamos a geógrafos que pensaron en Brasil y sus principales interpretaciones. **Resultados:** se destacaron 17 estudiosos de la geografía de Brasil, formados antes y después de la constitución del campo científico de la Geografía brasileña, con sus respectivos legados y aportes más importantes a la interpretación del país y la intervención de su territorio. **Conclusión:** La Geografía ha elaborado valiosos estudios e interpretaciones sobre el país, tanto ensayísticos como descriptivos. Después de la segunda mitad del siglo XX, debido a la expansión de los protocolos científicos, comenzaron a dominar un sentido descriptivo y explicativo en las interpretaciones brasileñas, observación que también puede extenderse a otras áreas de las ciencias humanas.

Palabras-clave: Interpretaciones brasileñas; Geografía brasileña; Intérpretes y geógrafos brasileños; territorio; nación.



INTRODUÇÃO

Interpretar é procurar ou revelar o sentido de algo (um significado, um discurso, uma obra, um acontecimento...). Opõe-se com isso à explicação, que não oferece o sentido, mas a causa. Os dois procedimentos podem ser legítimos, claro; mas nunca o é confundir ambos. Tudo tem uma causa, e certos fatos tem um sentido. (COMTE-SPONVILLE 2003, p.322)

“Interpretações do Brasil”, “Interpretes do Brasil”, “História das ideias de Brasil”, “História intelectual”, “Pensamento social brasileiro”, “Pensamento social e político no Brasil” são denominações afins que identificam um conjunto temático de estudos e de estudiosos sobre o Brasil: território, nação e formação e identidade nacional. Ao longo do século XX, com a implantação da estrutura universitária, esse conjunto de contribuições intelectuais foi se firmando como uma área de pesquisa acadêmica associada às Ciências sociais. Na década de 1960, passou a incluir uma diversidade maior de profissionais, temas, autores e de metodologias de trabalho, e foi fortalecida como uma área de pesquisa pela Sociologia, através da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a partir da década de 1990.¹ Seu objetivo se consolidou pelo exame da produção intelectual dos interpretes e estudiosos do Brasil e foi se afastando da missão originária de interpretar o próprio país.

Inicialmente dominava o rótulo “Interpretações do Brasil”, e era habitado por romancistas, juristas, médicos, engenheiros e autodidatas que apresentavam diagnósticos amplos sobre o país. Sobressaíam estudos e interpretações sobre a formação, raízes e composição da nacionalidade e sobre a inserção do Brasil no processo produtivo moderno e na modernidade. A missão ideológica era construir uma identidade brasileira e preparar o país para a modernização capitalista. Eram trabalhos ensaístas que, em geral, iniciavam por um extenso levantamento histórico do país e na sequência apresentavam caminhos políticos para superação de suas mazelas. Possuíam as seguintes características: pretensão de totalidade; grande diálogo com várias áreas; pendor na intervenção conjuntural e discursos sobre o mundo sem pretensão de sistematicidade.

Essa prática ensaísta era resquício de outros tempos, mais afeita ao período pré-científico moderno, anterior à década de 1930, ao mundo acadêmico e disciplinar. Composto por generalistas mais orientados pela retórica e atitudes literárias do que pelos métodos científicos, empírico e experimental, próprios da formação universitária moderna.² A “interdisciplinaridade” era uma de suas características e a imprensa exercia papel fundamental na divulgação das ideias e promoção de debates. Foi igualmente a imprensa fonte de emprego e rendimento para esses profissionais que buscavam apresentar diagnósticos sobre o Brasil.

¹ OLIVEIRA, L. L. (1999, 147-181). Vale mencionar que Sérgio Miceli (1989, 1995) na década de 1980 inaugurou uma linha de pesquisa nova sobre a produção intelectual, diferente da praticada anteriormente nos denominados estudos do pensamento social. Miceli inseriu as condições sociais da produção intelectual e as especificidades de cada intelectual estudado nesse universo.

² Conforme RICUPERO (2008) “desde a década de trinta, do século XX, a universidade começa a ganhar importância e com ela muda o padrão de reflexão sobre o país. Se nos primeiros anos da República prevalecia o ensaio, as monografias sobre temas específicos vão progressivamente ocupando seu espaço. A evolução não deixa de trazer vantagens evidentes – como por exemplo, o maior rigor dos trabalhos – mas implica também em certas perdas, ao contribuir para obliterar a compreensão de como esses temas estão inseridos num quadro mais amplo” (p. 22).



Com o desenvolvimento da estrutura universitária, sobretudo após a segunda metade do século XX, o rótulo “Interpretação do Brasil” foi se apagando e a área de pesquisa sob a denominação de “Pensamento social brasileiro” foi se consolidando, passando a incluir uma diversidade maior de profissionais orientados mais pelos protocolos da ciência moderna, diferenciando-se dos estudos ensaístas anteriores. Na atualidade, essa área apresenta obras diversas, compostas de textos ensaístas, híbridos, especializados, historiográficos, antropológicos, geográficos, institucionais, psicológicos, identitários, etc. A crescente especialização dos campos científicos limitou a amplitude do olhar, que era uma característica das interpretações ensaístas. Embora os ensaios e sua forma de exposição tenham sido dificultados e não dominem mais na atualidade, eles continuam a existir.³

Não prevaleceu a pretensão de explicar e entender o país, as interpretações são mais raras. O que foi designado no passado “Interpretações do Brasil” tinha um objetivo maior. O que na atualidade ficou mais comumente designado como “Pensamento social brasileiro” passou a reunir, majoritariamente, trabalhos sobre vida, obra e pensamento de estudiosos do Brasil, constituindo-se no seu próprio objeto de estudo, como história intelectual voltada para o entendimento das ideias do mundo político. Nesse sentido, parece que passou não mais a se tratar de ler os interpretes para buscar o país, mas explicar esses interpretes e seus pensamentos, que reemergiram como assunto de história das ideias, e não mais frequentam o núcleo da entendimento do que é e deve ser o país. As interpretações, assim, foram eclipsadas e substituídas pelas arenas acadêmicas e partidárias.

Embora o padrão hegemônico tenha se consolidado pelo modelo científico universitário, pelos olhares disciplinares e pela história intelectual, as interpretações de Brasil não foram eliminadas e tiveram sua história. Surgiram a partir de temas nacionais e das ideias de Brasil, ao longo do século XIX. Como as abordagens geográficas e os geógrafos participaram dessa história? A Geografia ao longo de sua trajetória como ciência moderna elaborou interpretações de Brasil? Quais foram as características dos seus estudos sobre o Brasil e quem foram seus principais autores? Assuntos que serão abordados mais adiante, após a discussão sobre o surgimento e as principais características das ideias e das interpretações do Brasil.

As ideias de Brasil: temas, debates e pensadores

As ideias de Brasil, Estado e Nação, surgem apenas a partir da chegada da família real portuguesa, em 1808, quando se ampliou “o número de personagens que formavam a sociedade política na América portuguesa”.⁴ Antes disso não se tinha uma ideia de Brasil como um país unitário, sobretudo porque não havia ainda esta unidade territorial e politicamente consolidada. O que havia era a América portuguesa, que além de se constituir como um conjunto disperso,

³ Como exemplos dos atuais trabalhos desenvolvidos sob o rótulo de Pensamento social brasileiro, sugere-se a consulta de três livros de coletâneas que demonstram como essa área de pesquisa foi se estruturando como arenas acadêmicas: SCHWARCZ, L. e BOTELHO, A. (2009), PERICÁS, L. B. e SECCO, L. (2014); SHIOTA, R. R. e FERNANDEZ, R. (2018); PERICÁS, L. B. e SECCO, L. (2014).

⁴ JACSÓ, I. e PIMENTA, J. (2000, p.149).



um agregado de pátrias/províncias, encontrava-se dividida territorial e administrativamente em duas unidades autônomas, vinculadas diretamente a Lisboa: uma ao norte, o Estado do Maranhão, com capital em São Luís (mais tarde, Estado do Maranhão e Grão-Pará, Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém) e outra ao sul, o Estado do Brasil, com sede em Salvador (e a partir de 1763 no Rio de Janeiro).

Assim, o Brasil, como unidade territorial e política, e a nação brasileira só vão começar a ser construídas após a adesão do Grão-Pará ao Estado do Brasil, em 1823, um ano depois da Independência. Até então eram praticamente duas colônias na América portuguesa, cada uma autônoma em relação à outra, com seus próprios governadores, seu corpo de funcionários, sua administração, suas leis e sua dinâmica histórica. Como mencionado, a essa divisão adicionam-se às fragmentações internas, expressas pelas várias pátrias, províncias que constituíam a América portuguesa, como as do Pará, Maranhão, Pernambuco, Minas gerais, Cisplatina, Bahia e São Paulo.

As populações locais começaram a ter apelativos muito antes de que se consagrasse uma designação para os habitantes da América portuguesa. Em finais dos Quinhentos já havia “paulistas” ou “sampaulistas”; e nos começos de Seiscentos, “pernambucanos”. Enquanto isto, ao longo do de Setecentos, “brasileiro” era apenas um indivíduo que vivia de cortar o pau-brasil nas matas e transportá-los aos portos. Por sua vez, o adjetivo brasílico tinha sabor erudito. Quando a Independência se desenhou no horizonte, os brasileiros éramos designados de “portugueses da América”, para distinguir dos “portugueses da Europa”. Àquela altura, Hipólito José da Costa excogitava, no seu exílio inglês, o termo adequado com que batizar os cidadãos do país que se ia criar. “Brasiliano” havia sido tradicionalmente o termo dado aos índios e como tal resultava excludente de quem não tivesse sangue ameríndio. Quanto a “brasileiro”, parecia-lhe inapropriado, pois o sufixo denotava profissão, não a origem. Daí optou-se por “brasiliense”. Mas o termo não vingou: o hino da Independência consagrava a “brava gente brasileira”. (MELLO, E. C, 2002, p.22)

O Brasil emerge, então, em 1822-1823, sem ter resolvido ou equacionado alguns dos seus problemas básicos, uma vez que não era uma nação ainda, não tinha unidade constitucional ou cultural consolidada. Os anos que se seguiram à Independência foram, portanto, de sobrevivência do país, da sua unidade política e da união das províncias e ordem social. Foi somente na segunda década do século XIX, que teve início o percurso do novo país continental na busca de uma identidade nacional, embora ainda imerso em um quadro de contradições e desconexões internas.⁵ Portanto, além do problema da construção política e territorial do Estado, tratar da questão nacional implicava em enfrentar sobretudo o desafio de construção da nação. Para a construção desse novo país, de grande extensão territorial, com diferentes formas de ocupação, de diversidade étnica e cultural e séculos de escravidão, questões relacionadas à formação da nação e à cidadania tornavam-se cada vez mais urgentes entre os dirigentes do país. É nesse contexto que surgem as primeiras ideias de Brasil.⁶

⁵ MOTTA, G. C. (2000, p.199)

⁶ Estamos considerando como ideias de Brasil conjuntos de temas e de estudos sobre o país desenvolvidos antes do surgimento das interpretações de Brasil. Esses temas e estudos foram surgindo após a Independência, marco histórico da integridade territorial brasileira, apesar das suas fragmentações e conflitos internos que persistiram ao longo do século XIX.



Entre a Independência (1822) e a proclamação da República (1889), três importantes intelectuais/políticos tiveram papel central nas defesas do novo país⁷: José Bonifácio (1763,Santos,SP–1838,Niterói, RJ), político conservador formado em Ciência natural e Direito em Coimbra; José de Alencar, (1829, Fortaleza–1877, RJ), romancista e político do Partido Conservador e Joaquim Nabuco (1849,Recife– 1910,Washington), escritor e diplomata, filho de uma já decadente aristocracia nordestina.

Com formações diferenciadas e de gerações distintas, esses intelectuais tinham em comum o desafio de construir na América um país, um Estado moderno e uma nação livre, o que implicava enfrentar os movimentos separatistas e a escravidão e instituir a liberdade como valor universal. Todos estavam de acordo que a escravidão era um impeditivo à formação da nação. Como criar esse novo país e sua nação formada e dominada pela escravidão? Assim, em maior ou menor grau e com argumentos e interesses diferentes os temas que vão estar presentes nesses primeiros pensadores do Brasil buscavam a superação da escravidão e a consolidação da razão nacional. O tráfico e a escravidão, portanto, eram grandes impedimentos à formação nacional.⁸

Segundo José Murilo de Carvalho (1998, p.60-61), no combate ao tráfico de escravos e no enfrentamento da escravidão, predominou no mundo ibérico, e no Brasil em particular, a razão nacional em detrimento das razões de natureza cristã e filosófica. A liberdade foi tratada aqui não como um problema do indivíduo, mas sim como um problema público associado tanto à integridade territorial quanto à construção da nação.⁹ A escravidão, portanto, era um obstáculo intransponível no caminho da construção da nacional: Bonifácio, Alencar e Nabuco com argumentos diferentes exigiam o seu fim pelos interesses da nação. O que diferia entre eles era a maneira de ver esses interesses nacionais.¹⁰

Ainda no início da vida independente do Brasil, o primeiro a chamar atenção para o problema da formação da nação mencionando sobretudo a questão da escravidão foi José Bonifácio, que como um dos líderes do processo de independência buscava construir a ideia de Brasil. Em 1822, ele escreveu um dos textos mais elaborados a favor da abolição, quando se tornou o ministro mais importante de D. Pedro I. Apesar de sua breve passagem pelo cargo, foi um dos principais articuladores da Independência, da construção de um Estado nacional e da conquista de um império

⁷ No século XIX, não havia separação entre intelectuais e políticos, os intelectuais sempre estavam bem próximos do Imperador.

⁸ “O tráfico e a escravidão impedem a formação nacional por três motivos: por serem incompatíveis com a liberdade individual e, portanto, com o governo liberal; por introduzirem um inimigo interno e porem a risco a segurança interna, como mostrou a revolta de São Domingos; finalmente, por ameaçar a segurança externa do País, na medida em que inviabilizaram a formação de uma marinha poderosa. Os aspectos relativos à segurança eram particularmente relevantes no momento em que o País acabara de declarar sua independência e a natureza da reação portuguesa ainda era incerta.” (CARVALHO, 1998, p.49)

⁹ Apesar das diferenças entre o Brasil e os Estados Unidos no que se refere à liberdade e sua à defesa, o problema nacional também foi fundamental e a escravidão foi uma ameaça a sua unidade norte-americana e uma das razões políticas da guerra civil. (CARVALHO, p.59-60)

¹⁰ Para Alencar os interesses da nação “estão muito mais próximos dos interesses de curto prazo do Estado ou dos proprietários do que para José Bonifácio e Nabuco. (...). José Bonifácio e Nabuco tinham uma visão mais autêntica da república ao vê-la com a formação em médio prazo de uma sociedade liberal socialmente mais homogênea.” (CARVALHO, 1998, p.61)



brasileiro. Em plena América cheia de ideias federalistas e republicanas, unidade, centralização e monarquia foram as conquistas da Independência, no centro da qual estava a atuação de José Bonifácio.¹¹

Juntamente com a elite do Centro-sul, que gravitava em torno da nova corte no rio de Janeiro, [Bonifácio] empenhou-se na manutenção da unidade territorial de toda a América lusitana, sob a direção do governo de d. Pedro, impedindo que se repetisse aqui a fragmentação em diversos países independentes como ocorrera com a América espanhola. (Dohnikoff, 1998, p.20)

Com a consolidação da unidade política conquistada em meados do século XIX, o tema nacional passou a ser colocado com mais ênfase, sobretudo, na literatura. Escritos fundadores do Brasil passavam a ser encomendados pelo Império. José de Alencar, que a sua maneira defendia a abolição da escravatura como condição importante de formação da nação, escreveu importantes e populares romances, à época.¹² Nestes, Alencar buscava construir a identidade nacional aliando-a as belezas naturais e à mitificação do indígena como um dos seus principais representantes da nação. Na obra *O Guarani*, de 1857, ele defende uma identidade nacional pela ligação simbólica entre uma jovem loura portuguesa e um líder indígena. Essa união “num ambiente de exuberância tropical, longe das marcas da civilização europeia, indicava uma primeira tentativa de esboçar o que seriam as bases de uma comunidade nacional com identidade própria”.¹³ Nesses romances o componente fundador da nação não era o escravo, mas sim o indígena e sua mestiçagem com os brancos como uma condição para a formação da nacionalidade.

Após a Guerra do Paraguai (1865-1870), maior fator de criação da identidade nacional e de impulsão da campanha abolicionista, o tema da abolição obrigou a intelectualidade a uma tomada de decisão sobre a população negra na formulação da nação.¹⁴ Em 1883, Joaquim Nabuco escreveu *O abolicionismo*, texto considerado pela historiografia como o mais elaborado e bem escrito sobre o tema. Evaldo Cabral de Mello chegou a considerá-lo como o melhor livro escrito sobre o Brasil do século XIX e o mais importante para o entendimento da formação sociocultural do povo brasileiro, até a publicação de *Casa Grande e senzala*, em 1933, de Gilberto Freyre.¹⁵ Nessa obra, Nabuco ressaltava como fundamental para a sobrevivência do país, a construção de uma nação a partir de uma cidadania generalizada, o que seria impossível

¹¹DOHNIKOFF (1998, p.20)

¹² José de Alencar não era a favor da escravidão, mas considerava que sua abolição deveria ser realizada lentamente, posição que estava muito associada ao seu vínculo à oligarquia do café. Segundo José Murilo de Carvalho (1998, p.54-55) foram razões políticas de sua classe de proprietários de escravo que justificam seus argumentos em favor da manutenção da escravidão e de sua abolição gradual, apesar de estarem sustentados em sólida base econômica e histórica.

¹³ CARVALHO (1998, p.91)

¹⁴ “A bandeira nacional começou a parecer nas cenas de partida de batalhões e de vitória no campo de batalha. (...). Começaram a ser construídos os primeiros heróis militares nas figuras de Caxias, Osório, Mena Barreto, Barros.”(CARVALHO, 1998, p.247)

¹⁵ SILVA, L.D.(1999, p.XII). “Ele foi, com efeito, o primeiro a articular uma visão totalizadora da nossa formação história, fazendo-o a partir do regime servil. Nessa perspectiva, a escravidão não constitui um fenômeno a mais, e dever ser levado em conta em igualdade de condições com outros como a monocultura ou a grande propriedade territorial. Segundo Nabuco, foi a escravidão que formou o Brasil como nação, ela foi a instituição que ilumina o passado mais poderosamente do que qualquer outra. A partir dela é que se definiram entre nós a economia, a organização social a estrutura de classes, o Estado e o poder político, a própria cultura. O abolicionismo fez da escravidão, o protagonista por excelência da história brasileira...” (Evaldo Cabral de Mello, 1976, Apud, SILVA, L. D., 1999, p.XII)



enquanto houvesse escravos.¹⁶ Com a abolição e o advento da República, os escravos passavam formalmente à condição de cidadãos e novas propostas foram incluídas na definição da nação.

Assim, os temas da escravidão, liberdade, representação, unidade territorial, direitos e reformas sociais foram centrais e se alternaram ao longo da construção e consolidação do Estado moderno brasileiro, uma vez que estavam diretamente associados à integração do território e a composição da nacionalidade, do povo brasileiro. Com o advento da República novos pensadores e interesses entram em cena.

A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, continuou forte na geração intelectual da Primeira República (1889-1930). A necessidade de afirmação da nova forma de governo em oposição à monarquia renovou o debate em torno do problema nacional. Por um lado, reforçou-se a corrente americanista, a adoção de uma identidade americana do país, por outro, e, em oposição, a corrente que defendia o monarquismo e as tradições ibéricas como marcas importantes da nacionalidade.¹⁷ Em cada uma dessas correntes dominava o desacordo com relação aos elementos fundantes da nação: para alguns a miscigenação racial deveria ser a base da sociedade brasileira, para outros, essa mistura era um empecilho, um obstáculo intransponível ao progresso do país.

Por trás desse debate estavam as teorias raciais, os determinismos geográfico, climático e racial sustentados pelo cientificismo do período. Silvio Romero (1851, Sergipe–1914, Rio de Janeiro), Alberto Torres (1865, Itaboraí, RJ–1917, Rio de Janeiro), Euclides da Cunha (1866, Cantagalo, RJ–1909, Rio de Janeiro) e mais tarde Oliveira Viana (1883, Saquarema, RJ–1951, Niterói, RJ) foram importantes intelectuais do período com ideais para a nação que, embora divergissem sobre as raízes dessa miscigenação, admitiam a possibilidade de melhoramentos da população a partir do seu progressivo branqueamento.¹⁸

Não apenas a formação da nação era um problema a ser enfrentado, como também a construção e a defesa do Estado republicano, o que envolvia o tema da federação e, conseqüentemente, da centralização e descentralização governamental e administrativa do país. Com o advento da República aumentaram tanto as críticas à centralização política quanto à preocupação com o separatismo, defendido especialmente pelas elites locais de São Paulo, Pernambuco, Pará e Rio Grande do Sul. Não havia unanimidade sobre o modelo federalista a ser implantado. As divergências vinham desde o Império, e ocorriam entre liberais e conservadores e dentro desses próprios grupos. Os

¹⁶ “Em Nabuco, passada já há algum tempo a guerra, a razão nacional aparece menos sob o aspecto de defesa do que como exigência da construção de uma nação viável, como exigência da formação de uma cidadania generalizada, como exigência da própria sobrevivência do País. Enquanto houver escravos, argumenta ele, fica diminuído o próprio título de cidadão dos livres. A abolição, portanto, deve fazer-se no interesse de todo o País, no interesse de livres e escravos. A abolição é condição necessária para evitar a dissolução social e fundar uma sociedade liberal baseada no trabalho livre, fortalecida em suas energias próprias, menos dependente do Estado”. (CARVALHO, p.57-58).

¹⁷ Raul Pombeia (1863-1895), Manoel Bonfim (1868-1932) foram importantes representantes da corrente americanista, Eduardo Prado (1860-1901) e conde Afonso Celso (1860-1938), representantes do iberismo. Este último, exaltando a grandeza territorial, a beleza da natureza e as riquezas do solo como elementos patrióticos.

¹⁸ CARVALHO (1998, p.251)



principais desacordos estavam entre proposições mais radicais de descentralização governamental e administrativa, defendidas pelos liberais, e proposições centralizadoras defendidas pelos conservadores. Estes, por exemplo, dividiam-se entre conservadores puros, os que defendiam a unidade como a única ordem aceitável para a manutenção do Estado nacional e do território brasileiro, e conservadores liberais, os que advogavam uma liberdade controlada e centralizada pelo Estado.

Por sua vez, essas ambiguidades refletiam interesses de setores da sociedade: os grandes proprietários rurais, com interesses oligárquicos (sobretudo os paulistas); a população urbana, pequenos proprietários e profissionais liberais (contra a solução liberal ortodoxa, pois o Estado era importante para seus objetivos) e, os positivistas (a favor de um executivo forte e intervencionista, a incorporação do proletariado à sociedade e a adoção de uma política forte, posição que atraía os militares). Embora o federalismo da Primeira República tenha sido bem vindo aos poderes locais e se constituído como a vitória das oligarquias rurais, exemplificada pelas denominações recebidas “República oligárquica” ou “República dos coronéis”, os ideais centralizadores continuaram fortes e a visão do Estado como o demiurgo da nação, elaborada por Alberto Torres, e defendida posteriormente por Oliveira Vianna, foi vencedora na década de 1930, sobretudo no regime autoritário de 1937.¹⁹

Assim, durante a Primeira República não só foram aprofundados temas e referências nacionais surgidos após a Independência, como também foram elaboradas as primeiras ideias e interpretações totalizadoras do Brasil, algo que era impossível anteriormente, em função da realidade sócio territorial do país, sobretudo, pela presença do trabalho escravo e da incompleta integração territorial. Unidade nacional, formação nacional, fragmentação territorial, centralização/descentralização política, grandeza territorial, exuberância da natureza, nação, nacionalidade brasileira, civilização, povo, miscigenação, cruzamento de culturas, cidadania, modernização, foram alguns temas centrais desenvolvidos e fortalecidos nesse primeiro período republicano e subsidiaram as ideias de Brasil. Foram igualmente a partir desses temas que as interpretações do país avançaram, principalmente durante a década de 1920, impulsionadas pelo movimento modernista.

Esse novo impulso ao debate do Brasil ocorreu com o movimento da Semana de Arte Moderna, em 1922, realizado na cidade de São Paulo, à época com 579 mil habitantes, metade da população da cidade do Rio de Janeiro, e com apoio do governador do estado, Washington Luís, do então Partido Republicano Paulista. Esse evento além de tornar São Paulo o centro da modernidade e do modernismo brasileiro, foi um novo marco da descoberta do Brasil. Artistas brasileiros, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, se reuniram na cidade de São Paulo para repensar o papel da arte e suas possibilidades de criação e valorização da cultura nacional. A busca pela ruptura com o passado e com as influências estrangeiras defendidas pela Semana foi fundamental para reafirmação de um novo nacionalismo. Liderado por Mário de Andrade, posteriormente na década de 1940, um dos grandes críticos ao programa modernista

¹⁹ CARVALHO (1998, p.182)



de 22, quando aprofundou empiricamente seu conhecimento sobre o país, o movimento desmoralizou a literatura nacional vigente na época e preparou as mudanças dos anos 1930, assim como todo um ambiente de indagação sobre o país, influenciando as interpretações sobre o Brasil que emergiram com força na década de 1930.

Interpretações e interpretes do Brasil

Os referencias nacionais criados pelos intelectuais para o país ao longo do século XIX, possibilitaram às gerações seguintes a criação de um tipo de trabalho que somente foi possível com a implantação da República, as interpretações de Brasil. Partindo dos parâmetros que haviam sido estabelecidos para o país e para a nação, seja para negá-los ou afirmá-los, as interpretações buscavam apresentar uma visão totalizadora, uma síntese do movimento e do sentido do Brasil e da sociedade brasileira.²⁰

Muitas interpretações de Brasil foram elaboradas desde então, mas particular destaque foi dado àquelas realizadas pela geração de 1930. Essa geração apresentou novas visões do país, rompendo com o passado colonizador, com a norma culta portuguesa, com a historiografia tradicional e passando a assimilar positivamente as diferenças culturais como uma singularidade nacional. Impactados pelo modernismo, assim, elaboraram ensaios críticos e antioligárquicos sobre o país. Dentre eles, três têm sido considerados como clássicos da tradição crítica brasileira, especialmente pela radicalidade e especificidade na leitura do Brasil: *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre (1933); *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936) e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Junior (1942). Antonio Candido, no famoso prefácio escrito para a edição de 1967, do livro *Raízes do Brasil*, assinalou que essas três obras foram ensaios críticos radicais que, em tempos diferentes, formaram as gerações de brasileiros das décadas seguintes. Conforme o autor foram chaves da “mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo”.²¹

A obra de Gilberto Freyre (1900–1987, Recife), apesar do seu conservadorismo, articulava a denuncia mais vigorosa do escravismo, explicando-o inclusive pelas relações sexuais, o que era um escândalo para a época e para as ciências sociais, um ponto de vista totalmente novo no Brasil de então. Conforme Francisco de Oliveira acompanhando de seu vigoroso inspirador, Joaquim Nabuco, Freyre afirmava que a formação da sociedade brasileira era um estupro.²² Freyre deu também significado ao encontro das raças e culturas como resposta ao racismo que imperava na década de

²⁰ RICUPERO (2008, p.22)

²¹ CANDIDO (1995, p.9). Para Antonio Candido radicalidade e especificidade marcam a forma de pensar o Brasil desses três demiurgos da década de 1930, que se contrapõem ao movimento conservador. Partilhando dessa ideia, Francisco de Oliveira (2001) reafirma que radicalidade e especificidade são condições fundamentais para romper com a compassividade acrítica e o consenso estabelecido das interpretações do Brasil. São condições imprescindíveis para pensar o Brasil na sua essência e também na sua singularidade, no que o país tem de próprio. Para Oliveira são atributos não apenas do pensamento de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., mas também de autores de gerações posteriores, como Florestan Fernandes e Celso Furtado.

²² OLIVEIRA (2001, p.90)



1920. “*Casa-grande e senzala* é uma ponte entre o naturalismo dos velhos intérpretes da nossa sociedade, como Sívio Romero, Euclides da Cunha e mesmo Oliveira Viana e os pontos de vistas mais especificamente sociológicos que se imporiam a partir de 1940”.²³

Fortemente conectado ao então legado modernista, Sérgio Buarque de Holanda (1902–1982,SP), em *Raízes do Brasil*, assinalava a dificuldade da inclusão e dos direitos sociais, em uma sociedade construída a partir de uma herança escravista, a qual a permanência da oligarquia, do pacto oligárquico, do espírito oligárquico era sua marca. Para ele o fundamento de nossas raízes estava em aspectos diversos e contraditórios “trabalho e aventura, método e capricho, rural e urbano, burocracia e caudilhismo, norma impessoal e impulso afetivo - são pares que o autor destaca no modo-de-ser ou na estrutura social e política para analisar e compreender o Brasil e o brasileiros”²⁴.

Caio Prado Junior (1907–1990,SP), em *Formação do Brasil contemporâneo* apresentou a primeira interpretação do Brasil a partir do estudo dos circuitos da produção, distribuição e consumo, ancorado no marxismo, um terreno ainda árido do ponto de vista teórico no período. Rompeu com a historiografia tradicional e elaborou uma interpretação diferente da tradição sociológica herdada pelos seus dois antecessores, formando uma escola de pensamento sobre a história brasileira. Buscou apresentar o país a partir do sistema colonial, que sustentado na monocultura, no latifúndio e na escravidão explicava a forma subalterna de inserção no capitalismo internacional. Assim, inscreveu o Brasil na história mundial, combinando o movimento geral da expansão capitalista e o específico nacional, o escravismo, enquanto o centro capitalista liquidava o trabalho servil, a forma colonial sustentava-se no trabalho escravo.²⁵ Essa obra foi também menos ensaísta e menos romântica do que as obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. Caio Prado Jr. procurou desvelar os substratos materiais, a partir de uma exposição de tipo factual, que já havia iniciado em seu primeiro livro, *Evolução política do Brasil*, de 1933, em que apresentava “uma primeira tentativa de síntese da nossa história baseada no marxismo”²⁶.

Assim, a redescoberta do Brasil feita por esses três demiurgos do Brasil moderno, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., traziam elementos novos para uma visão do país, uma visão radical e singular a sua realidade. Denunciaram o preconceito racial e a retórica liberal e, a partir da crítica ao patriarcalismo e à oligarquia agrária, de formas distintas, buscaram desvelar a essência do Brasil e da nação brasileira. Foram lidos e debatidos, sobretudo, pela esquerda intelectual das gerações entre os 1940 e 1960. Por outro lado, autores mais antigos com orientações naturalistas e positivistas, como Alberto Torres e Oliveira Viana, que argumentavam a favor de um Brasil hierárquico e

²³ CANDIDO (1995, p.10)

²⁴ CANDIDO (1995, p.13)

²⁵ OLIVEIRA (2001, p.91)

²⁶ CANDIDO (1995, p.11)



autoritário, são também clássicos, mas ao contrário foram apreciados por intelectuais conservadores no mesmo período.²⁷

Nas gerações posteriores a de 1930, outros intelectuais elaboraram novas e importantes interpretações do Brasil, com a mesma chave de radicalidade e especificidade dos três demiurgos apresentados, mas em uma situação nova do país. Seguindo Francisco de Oliveira (2001), a esse trio podemos acrescentar dois outros grandes pensadores do Brasil, Celso Furtado (1920, Paraíba–2004, RJ), de grande contribuição ao pensamento cepalino (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, CEPAL), e Florestan Fernandes (1922–1995, SP), que elaboraram interpretações em um novo período brasileiro, marcado pelo incremento da urbanização e da industrialização. O desenvolvimento industrial e a ideologia desenvolvimentista dominaram as décadas após 1930 e passaram a ser almejados como condição de superação do subdesenvolvimento.

Celso Furtado, no final da década de 1950 e início dos anos 60, em *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), em busca de entender o desenvolvimento nacional, apresentou a teoria do subdesenvolvimento rompendo com as interpretações conservadoras que não conseguiam tratar o país com a complexidade exigida pela condição de ex-colônia. Caio Prado Jr. já havia apresentado as bases para essa interpretação, mas Furtado a completa teoricamente, explicando um processo histórico novo e não como uma extensão do sistema colonial. Para ele o subdesenvolvimento, portanto, não era um estágio entre o não desenvolvido e o desenvolvido, “mas uma criação específica do capitalismo na sua periferia”²⁸.

Na década de 1970, Florestan Fernandes, o formador da escola paulista de Sociologia e apaixonado pela pesquisa, produziu uma importante obra ensaísta sobre o país, *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (1975).²⁹ Diferente das obras monográficas anteriores do autor, que fizeram uso de fontes documentais a partir de em trabalho de extremo rigor científico, *A revolução burguesa* estava mais próxima de um ensaio e apresentava uma interpretação totalizadora do Brasil.³⁰ Conforme Francisco de Oliveira, todas suas obras anteriores foram, de alguma maneira, uma preparação para *A revolução burguesa*, que o levou a “entrar no panteão dos demiurgos do Brasil. De novo aí observa-se radicalidade. Talvez o livro mais radical dessa coleção de obras-primas (...), ao apontar os limites e os problemas da democracia numa específica periferia capitalista”³¹.

²⁷Vale lembrar que Alberto Torres e Oliveira Viana foram autores do pensamento autoritário brasileiro com estudos publicados nas duas décadas anteriores, 1910 e 1920, respectivamente. Advogavam um Estado centralizador e forte, com poder de imposição da lei e da ordem para todo o território nacional. Viam apenas no Estado forte e centralizador as condições para o enfrentamento do poder das oligarquias regionais e construção da nação. Suas concepções racistas e positivistas guiaram seus ideais de país. Foram escritores importantes para a formação da identidade nacional no Estado Novo.

²⁸ OLIVEIRA (2001, p.92)

²⁹*A revolução burguesa no Brasil* começou a ser escrito em 1966, antes de Florestan Fernandes ir para o exílio, no Canadá, quando lecionou na Universidade de Toronto. Foi retomada em 1972, quando retornou ao país, e publicada em 1975. (ARRUDA, 2010, p.20).

³⁰ Dos livros monográficos anteriores valem mencionar: *A organização social dos Tupinambá* (1949); *A função social da guerra dos Tupinambá* (1952); *A integração do negro na sociedade de classes* (1965). Florestan também publicou anteriormente *A revolução Burguesa* uma importante obra teórica *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista em sociologia* (1953).

³¹ OLIVEIRA (2001, p.91).



Além desses cinco demiurgos outros intelectuais também pensaram o Brasil de forma radical, seja para buscar a formação e identidade nacional ou para identificar o problema central do país e propor um caminho de superação. Poderíamos citar com brevidade e incluir nessa lista: Alberto Guerreiro Ramos (1915,BA–1982, Los Angeles), sociólogo e político, vinculado ao então Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no Rio de Janeiro. Entre 1949 e 1966, suas obras foram dedicadas à formação do pensamento sociológico nacionalista e à construção de uma teoria do Brasil, apontando os desafios para a transformação do país pela construção de um caminho revolucionário, socialista, essencialmente brasileiro e não pela importação um modelo³²; Nelson Werneck Sodré (1911, RJ–1999, SP), militar e historiador, vinculado à Escola de Comando e Estado-Maior de Exército (ECEME) e ao ISEB, entre 1956 e 1962, explicitou as bases de sua teoria do Brasil, indagando sobre a formação social brasileira a partir de uma perspectiva radical e de esquerda³³; Victor Nunes Leal (1914, MG – 1985, RJ) advogado e jurista, integrou ciência política e sociologia em sua obra *Coronelismo, enxada e voto* (1949) e apresentou uma visão original sobre o país naquela época, centrada na interpretação do coronelismo como “um sistema político nacional, baseado em barganhas entre governo e coronel”, uma relação entre o coronel no município, o governador no estado e o presidente da República, algo que ninguém havia realizado até então³⁴; Raymundo Faoro (1925, Vacaria, RS – 2003, RJ), advogado e jurista, em *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* (1958) apresentou uma análise do Estado renovadora e diferente das interpretações historiográficas da época. Para ele no Brasil não houve feudalismo, mas sim patrimonialismo, estrutura do governo português para cá transplantado. As raízes brasileiras, portanto, não favoreciam a transição para uma democracia moderna, uma vez que o patrimonialismo fazia parte da essência política brasileira, sustentada pelo exercício privado do poder público. Para Faoro, assim, desenvolvimento econômico, industrialização e urbanização não seriam capazes de conduzir o país a uma democracia³⁵.

As duas gerações de intelectuais apresentadas, cada um a sua maneira, elaboraram obras originais com visões totalizadoras do país e enraizadas no projeto brasileiro de desenvolvimento nacional. A geração de 1930, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., buscou romper com passado colonial e afirmar uma nova identidade nacional e um novo nacionalismo. Os intelectuais da geração posterior, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Guerreiro Ramos, Werneck Sodré, Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro, que vivenciaram o fim do Estado novo e as duas décadas

³² PECAULT (1990, p.107-121).

³³ IGLÉSIAS (2000, p.213-217) e NETTO (2011).

³⁴ “O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. O momento histórico que se deu essa transformação foi a Primeira República, que durou de 1889 até 1930. Nessa concepção o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado novo e à derrubada de Flores da Cunha, o último grandes caudilhos gaúchos. de CARVALHO (1997, p.231)

³⁵ COMPARATO (2003)



que antecederam o golpe de Estado em 1964, viram os limites do modelo nacional-desenvolvimentista, sobretudo dos anos JK, e buscaram pensá-lo.

Contudo, apesar da riqueza e importância das obras dessas duas gerações, verdadeiros clássicos da interpretação do Brasil, elas se referem a um país que não mais existe, como assinalou Otavio Ianni em 2001, “um Brasil que não é mais nem o Brasil do projeto nacional e muito menos o Brasil anterior”.³⁶ Assim, precisamos delas não para ser reproduzidas como se fossem capazes de traduzir e explicar o Brasil da atualidade. Esses clássicos são referências e ponto de partida para pensar o país frente do atual estágio do capitalismo global: “afinal que Brasil é esse”?

A preocupação nacional no debate intelectual, e também político, parece ter perdido sua importância. No campo científico, o tema nacional ficou em segundo plano, em função das especializações dos saberes e da adoção dos protocolos metodológicos na ciência moderna defendidos e difundidos nas instituições de ensino e pesquisa após a década de 1970. Os campos disciplinares se autonomizaram e os objetos de estudos das ciências humanas se fragmentaram. O Brasil deixou de ser visto como totalidade histórica e passou a ser estudado a partir de realidades e temas específicos, predominando estudos de caráter monográfico em detrimento aos estudos ensaístas e totalizadores de outrora.

Até finais dos anos 1970, a visão totalizadora predominou no debate intelectual. *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr. foi menos ensaísta do que *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque, mas não foi um estudo temático, o pensamento sobre o país em sua totalidade permaneceu. Consideração que pode também ser estendida para as gerações posteriores com Celso Furtado, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Victor Nunes Leal e Raymundo Faoro. Nesse grupo, n  obstante a evidência dos olhares disciplinares, prevaleceu a busca pelo conhecimento do Brasil, o foco estava no país e na constru o de um projeto nacional.

Interpretações de Brasil e a Geografia

Embora o campo científico da Geografia no Brasil tenha se formado na década de 1930, com a implantação dos cursos universitários de Geografia, do Conselho Nacional de Geografia (Instituto Brasileiro de

³⁶ “Queremos nos agarrar aos clássicos, queremos nos agarrar a vários autores importantes e a várias experiências notáveis, mas tenho a sensação de que nós estamos em face de uma conjuntura, ou de uma época, de um novo ciclo, em que o Brasil do qual nós queremos falar ou o Brasil sobre o qual queremos pensar é um Brasil que não é mais nem o Brasil do projeto nacional e muito menos o Brasil anterior. O que nós notamos no âmbito do intelectual, da academia, inclusive de elites políticas e algumas outras, é que há uma inquietação, há uma dificuldade para reconhecer que o Brasil mudou profundamente. Se não há mais o projeto nacional, se ele foi totalmente desmontado, este Brasil de que pensamos, sobre o qual pensamos ou sobre o qual queremos refletir é não mais não menos do que, fundamentalmente, uma província do capitalismo mundial. Os governantes são funcionários, não são governantes; eles seguem diretrizes que estão estabelecidas nas corporações e em outras organizações. A maneira pela qual o país está sendo gestado é muito sintomática de que o que está em causa não é soberania, não é um projeto nacional, é fundamentalmente gestionar uma província do capitalismo mundial.” IANNI (2001,p.120)



Geografia e Estatística, IBGE) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB),³⁷ já existiam no país geógrafos e pensamentos geográficos em períodos anteriores, conforme apontam os estudos Antonio Carlos Robert de Moraes (1991a, 1991b, 2002) e Lia Osório Machado (1997). Contudo, até sua plena institucionalização, era muito difícil identificar quem eram os geógrafos. Em geral, os profissionais que lidavam com a Geografia, seja como construção teórica, como atividade prática de ordenamento territorial, ou no ensino secundário, eram oriundos de outras formações, como engenheiros, militares, advogados, médicos, literatas e mesmo autodidatas.³⁸ Mas tinham em comum o pertencimento à então pequena elite brasileira culta, formada institucionalmente e bem preparada para atuar em frentes diversas: nos debates teóricos, nas regências de aulas em atividades mais práticas, técnicas e de gestão.

Desses profissionais que tangenciaram de alguma maneira o fazer geográfico, antes da formação de seu moderno campo científico disciplinar, destacamos aqui seis personagens que pensaram o Brasil e legaram contribuições importantes ao estudo e a intervenção no território brasileiro, em frentes e momentos específicos: André Rebouças (1838,BA–1898,Funchal,PRT); Candido Rondon (1865,MT–1958,RJ); Euclides da Cunha (1866, Cantagalo–1909, RJ); Everardo Backheuser (1879–1951,NT); Carlos Delgado de Carvalho (1884,Paris–1980,RJ) e Fernando Antonio Raja Gabaglia (1895,RJ–1954,RJ). Os três últimos, com contribuições principalmente geopolíticas e pedagógicas, tiveram direta participação na implantação e fortalecimento da institucional da Geografia brasileira.

Do grupo de profissionais das primeiras gerações da Geografia institucionalizada, sejam formados nos cursos universitários de Geografia ou atuando academicamente dentro deles, selecionamos 11 geógrafos que a partir de perspectivas distintas e em momentos diferentes se dedicaram a pesquisar e pensar o Brasil: Josué de Castro (1908,Recife–1973,Paris); Aroldo de Azevedo (1910,Lorena,SP– 1974,SP); Orlando Valverde (1917–2006,RJ); Hilgard Sternberg (1917,RJ–2010,EUA); Manuel Correia de Andrade (1922–2007,Recife); Fany Davidovich (1922-RJ); Pedro Geiger (1923,RJ); Milton Santos (1926, BA–2001,SP); Aziz Ab’Saber (1929–2021,SP); Bertha Becker (1930–2013,RJ); Therezinha de Castro (1930,RJ–2000,Portugal).

Quadro 1. Geógrafos que pensaram o Brasil (1860-1960)

Geógrafos que pensaram o Brasil (1860-1960)	
André Rebouças (1838,BA –1898, PT)	Meados doséc.XIX e Primeira República: os “protogeógrafos”, formação nas engenharias ou engenharia militar
Candido Rondon (1865,MT–1958,RJ)	
Euclides da Cunha (1866,Cantagalo–1909,RJ)	
Everardo Backheuser (1879–1951,NT)	Geração que preparou as bases da Geografia institucionalizada, contribuição geopolítica e pedagógica (1920-1930)
Carlos Delgado de Carvalho(1884,Paris–1980,RJ)	
Fernando A. Raja Gabaglia (1895–1954,RJ)	

³⁷ Sobre a criação do IBGE sugere-se a leitura de PENHA (1993) e ALMEIDA (2000). Sobre a Geografia universitária e a Associação dos Geógrafos Brasileiros sugere-se a leitura de MACHADO (2009) e ANTUNES (2008), respectivamente.

³⁸ MORAES (2002, p.19)



Josué de Castro (1908,Recife–1973,Paris)	Primeiras gerações de profissionais da Geografia institucionalizada (1930-1960)
Aroldo de Azevedo (1910, Lorena,SP– 1974,SP)	
Orlando Valverde (1917–2006,RJ)	
HilgardSternberg (1917,RJ–2010,EUA)	
Manuel Correia de Andrade (1922–2007,Recife)	
Fany Davidovich (1922-RJ)	
Pedro Geiger (1923,RJ)	
Milton Santos (1926, BA–2001,SP)	
Aziz Ab’Saber (1929,–2021,SP)	
Bertha Becker (1930–2013,RJ)	
Therezinha de Castro (1930,RJ–2000,Portugal)	

O primeiro conjunto de profissionais do fazer geográfico, André Rebouças, Candido Rondon e Euclides da Cunha, em tempos diferentes, cursou e se formou em Engenharia pela Escola Militar: Rebouças, em 1860, Rondon, em 1885, Euclides da Cunha, em 1891.³⁹ Cada um, a sua maneira, tinha uma proposta para o país e para a nação. Contudo, todos estavam atentos ao cenário internacional e aos processos modernizadores em curso, assim como acompanhavam os avanços científicos impulsionados pelo positivismo oitocentista, que dominava as teorias raciais e a unidade étnica como caminho da nacionalidade, sobretudo após a abolição.

Cerca de 20 anos mais novo que Candido Rondon e Euclides da Cunha, André Rebouças vivenciou bem de perto a política do Império brasileiro, era muito próximo a Pedro II, seu pai foi deputado e conselheiro do imperador. Alcançou uma posição de destaque no cenário político do período, tornando-se além de engenheiro e publicista, um importante intelectual e ativista abolicionista. Negro, monarquista e comprometido com a fundação nacional, Rebouças fazia parte do grupo de intelectuais que lutou pela modernização do país e pela consolidação nacional através da defesa da integração territorial e do enfretamento ao poder oligárquico e à escravidão. Para tanto, apoiou e executou grandes obras de engenharia e de modernização dos equipamentos sociais e vias de comunicação, consideradas imprescindíveis para a integração territorial de um país de extensão continental como o Brasil.⁴⁰ No seu estudo sobre as zonas agrícolas em 1889, a partir de um “critério geográfico”, elaborou uma primeira tentativa de regionalização do Brasil⁴¹. Em busca de um caminho para a construção da democracia rural brasileira, elaborou também um novo projeto agrário para o país, com base na eliminação do latifúndio e da monocultura.

Candido Rondon e Euclides da Cunha eram da mesma geração, sendo Rondon um ano mais moço. Ambos foram formados na transição do Império para a República e influenciados pelo positivismo comteano e pelo espírito cientificista do período. Aderiram ao credo republicano antes do advento da República, ainda quando eram estudantes da Escola Militar, onde chegaram a ser colegas de turma em 1886.⁴² Assim, suas

³⁹ BUENO, A. (2012); CARRIS, L. (2012a, 2021b).

⁴⁰CARVALHO, M.A.C. (1996)

⁴¹ MACHADO, L.O. (1995P.332).

⁴²SANTOS, L.C.V.G (2021, p.27).



concepções ideológicas e atuações profissionais foram marcadas pelo republicanismo e pelos sentimentos nacionalista e cientificista positivista. Contudo, apesar da formação militar que ambos receberam, Rondon, diferente de Euclides, foi essencialmente um militar, desenvolvendo sua carreira sempre dentro do exército brasileiro, mantendo-se como um patriota e um positivista e alcançando a maior patente nessa instituição, a de marechal. Euclides da Cunha nunca se adaptou à carreira militar, reformado aos 30 anos⁴³ se profissionalizou e exerceu a engenharia civil e o jornalismo, tornando-se posteriormente grande escritor e interprete da realidade brasileira. Segundo José Veríssimo da Costa Pereira (1950, p.49), Euclides foi “não apenas um idealista insatisfeito, mas também um geógrafo nato”.

Candido Rondon comandou várias viagens e atividades de militares da engenharia e construção do Exército, entre 1900 e 1930, as denominadas Comissão Rondon. Nelas, seu ideal de nação foi sendo construído e executado, associando ciência, humanismo e a centralidade do Estado.⁴⁴ Desempenhou papel ativo na elaboração e execução de projetos nacionais de ocupação do interior e integração do país e apresentou tanto uma nova imagem do indígena quanto uma nova política indigenista.⁴⁵ O domínio da ideia de progresso sustentada nos princípios positivistas, comum entre os técnicos e cientistas brasileiros das décadas iniciais do século XX, conduziu Rondon a olhar o Brasil na perspectiva de um futuro promissor, que se realizaria pelo ideal civilizatório. Assim, tornava-se fundamental a incorporação de amplas regiões brasileiras ainda pouco conhecidas pelas expedições e habitadas por povos indígenas ao ideário nacional republicano, pelas suas riquezas materiais e simbólicas.⁴⁶ Com relação aos indígenas, Rondon rompeu com a prática violenta e a catequização, até então dominantes, e deles se aproximou de forma pacífica, laica e a partir da tutela do Estado, com objetivo de incluí-los no projeto nacional republicano.

Euclides da Cunha tornou-se um renomado escritor após a publicação de *Os sertões: campanha de Canudos*, em 1902, um sucesso instantâneo que o conduziu, no ano seguinte, à Academia Brasileira de Letras

⁴³ SANTOS, L.C.V.G (2021, p.73).

⁴⁴ “Sob a designação de Comissão Rondon, costuma-se reunir as viagens e as atividades feitas por militares brasileiros do setor de engenharia e construção do exército, entre 1900 e 1930 e incluem: 1) a realização de trabalhos da Comissão telegráfica de Mato Grosso (1900-1906) e da CLTEMTA (1907-1915); 2) a administração das estações e da conservação das linhas e a preparação de relatórios, com a sistematização dos resultados e registros das viagens a Mato Grosso e ao Amazonas, pelo Escritório Central da Comissão, sediado no Rio de Janeiro a partir de 1910; 3) a criação e a consolidação do Serviço de proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), também a partir de 1910; 4) as viagens de levantamento e exploração científica de rios, cujo material coletado seria encaminhado para a Seção de Desenho da Comissão Rondon, na confecção de uma carta do Estado do Mato Grosso; e, finalmente, 5) a realização dos serviços de Inspeção de Fronteiras aos quais Candido Mariano Rondon, o comandante militar da CLTEMTA, dedicou-se de 1927 e 1930.” (LIMA.N.T. e SÁ, D.M, 2017, p.31)

⁴⁵ “Enquanto a gente das cidades via o índio como o personagem de romance idílico, ao gosto de José de Alencar, ou o herói épico à Gonçalves Dias, inspirados em Rousseau ou em Chateaubriand, no interior, o índio de verdade era propositadamente contaminado de varíola, envenenado a estriquinina ou espingardeado. A tomada de consciência, o desmascaramento desta contradição se deve a Rondon. Foi ele que, trazendo dos sertões de Mato Grosso uma imagem nova e verdadeira do índio, substituiu a figura de Peri (...). Depois das jornadas de Rondon, não podiam manter-se mais as velhas tese defendidas por tantos, da incapacidade do índio para a civilização, da inevitabilidade do uso da força contra, o índio arredo e hostil e, ainda, a conjura mais manhosa, de que a dizimação dos povos tribais, conquanto lastimável, seria uma imposição do progresso nacional e, assim, historicamente inexorável.”(RIBEIRO, 1958, p.98-99)

⁴⁶ KURI, L. e FEDI, L (2017).



e ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Conforme Gilberto Freyre (1997) assinalou, embora não se possa separar Euclides de *Os Sertões*, ele não foi autor de uma única obra, mas sim de uma rica e variada obra literária, que conferiu ao ensaísta um importante lugar entre os interpretes da realidade brasileira. Escrito cinco anos após seu retorno de Canudos, em 1897, quando lá esteve como correspondente de guerra, *Os Sertões* associou literatura, história e geografia do Brasil e apresentou não apenas a tragédia de Canudos, mas a ignorância do Brasil central, do Brasil do sertões, distante do litoral, do poder público e dos projetos modernizadores. Euclides revelava, de forma dramática, que uma ampla porção da população nacional, a sertaneja, marginalizada no interior do país e vista como incivilizada, era a essência da nação. Ali estava o genuíno caráter do brasileiro, de onde poderia emergir uma identidade étnica para o Brasil.

O segundo conjunto de profissionais do fazer geográfico aqui selecionados, composto por Everardo Backheuser, Fernando Antonio Raja Gabaglia e Carlos Delgado de Carvalho, exerceu grande contribuição para a institucionalização da moderna ciência geográfica brasileira, sobretudo nas décadas de 1920 e 1930. De certa forma, seus trabalhos introduziram um protocolo metodológico de desenvolvimento dos estudos geográficos, caminhado na direção das monografias regionais dominantes no Brasil, na década de 1940. Apesar de suas diferenças, esses profissionais estavam imbuídos pela criação e fortalecimento da tradição nacional, tanto através da ampliação e modernização da educação quanto pelo estudo e interpretação do país a partir do seu território, da geopolítica. Contudo, o projeto do Brasil-nação teve em cada um desses intelectuais características diferentes.

Everardo Backheuser, diplomado em engenharia, em 1899, desenvolveu sua carreira como geólogo, pedagogo e geopolítico. A partir dele a Geopolítica brasileira sofreu inquestionável impulso, respaldada nas ideias dos geopolíticos alemães, sobretudo de Kjellén.⁴⁷ Segundo Shiguenoli Myamoto (1981) seus estudos incluíam desde discussões teóricas “sobre a possível marcha da civilização, a Geopolítica e a Geografia até a mudança da capital federal, passando pelos problemas da divisão territorial e das fronteiras, detendo-se constantemente no tema da organização nacional”⁴⁸. Assim, seus principais temas tratados no plano teórico, como o de fronteiras e da ampliação espacial dos Estados, subsidiaram seus objetivos no plano prático e resultaram em intervenções no território brasileiro, como: a interiorização da capital; a criação dos territórios federais e a redivisão territorial sob o princípio da Equipotência. A busca em “dotar o país de um espaço mais racionalizado, integrado e protegido”, conduziram Backheuser a um elevado prestígio entre a intelectualidade militar⁴⁹.

⁴⁷ MARTIN, A. (2020, p.87-106)

⁴⁸ MYAMOTO, S (1981, p.78-79)

⁴⁹ MARTIN, A. (2020, p.102-103)



Diferentes e mais jovens que Backheuser, Carlos Delgado de Carvalho e Fernando A. Raja Gabaglia tiveram formação em Ciência política, 1906, e em Direito, 1914, respectivamente.⁵⁰ Delgado de Carvalho se dedicou às ciências humanas, História, Geografia e Sociologia, legando grande contribuição à educação geográfica e cultura nacional, assim como para Geografia política, Geopolítica brasileira e Relações internacionais. Suas concepções geográficas estiveram sempre associadas à organização nacional, evidentes desde suas primeiras grandes obras, sobretudo, em *Le Brésil Méridional*, 1910, *Geografia do Brasil*, 1913, *Metodologia do ensino de Geografia*, 1925, e *Introdução à Geografia política*, 1929. O Brasil passava a ser estudado e interpretado nacionalmente, através de uma visão regional nova, que reunia e associava características geográficas naturais e sociais de uma porção do território brasileiro, agrupando diferentes estados da federação. A base dessa delimitação regional partia da realidade geográfica, física e natural, para em seguida serem evidenciadas as dinâmicas sociais, sobretudo economia e cultura. Assim, Delgado de Carvalho propunha uma nova divisão territorial para o Brasil, sobrepondo-se aos limites políticos territoriais dos estados e dos interesses regionalistas de suas oligarquias agrárias, que dificultavam a centralização político-territorial do Estado nacional. Suas concepções geográficas, nesse sentido, foram de extremo valor à política do Estado Novo auxiliando a subsidiar a primeira divisão regional do país estabelecida pelo IBGE em 1942. Baseada na Geografia francesa, sobretudo em Jean Brunhes e Camille Vallaux, pode-se dizer que suas obras tinham caráter menos ensaísta e estavam mais de acordo com a modalidade de trabalho que se tornaria corrente no campo geográfico na década de 1940, as monografias regionais.⁵¹

Fernando Antonio Raja Gabaglia, além do Direito, dedicou-se à Geografia e à História e esteve igualmente imbuído pelo projeto nacional, seja pela educação e contribuição no estabelecimento de modernas instituições de ensino e pesquisa no país, ou pelos estudos de reconhecimento do território brasileiro. Seu estudo sobre formação das fronteiras e limites nacionais, realizado como tese de concurso para a cadeira de Geografia do Colégio Pedro II e publicado em livro, em 1918, *As Fronteiras do Brasil*, apresentou o que hoje poderíamos denominar de uma história geográfica do território brasileiro, a partir de uma visão científica do período tomando como referências autores estrangeiros e brasileiros de diversas áreas e linhas temáticas como: do Direito (internacional, aéreo, dos oceanos e águas); dos estudos da flora, geologia, hidrografia do território brasileiro, extraídos do Boletim do Museu paraense, do IHGB e das sociedades geográficas; dos estudos corológicos dos estados brasileiros; da História e Diplomacia brasileiras como Vanhagen, Capistrano de Abreu, Barão do Rio Branco, Bernardino de Souza, Ayres de Casal e da Geografia, como Ratzel, Vallaux, Curzon, Reclus. Resgatando estudos da história e geografia nacional, este trabalho foi importante contribuição à Geografia política brasileira apresentando descrições do território, da história e do

⁵⁰ SEGISMUNDO, F. (1987) e CORRÊA FILHO (1957).

⁵¹SANTOS, M.A.M (Org.). (2009).



direito nacional e internacional.⁵² Igualmente importante foi a defesa que realizou do conhecimento geográfico do país, como um conhecimento estratégico para as atividades de Estado não apenas para a construção de infraestrutura e de suas riquezas, como execução de estradas, mapeamentos, levantamentos de recursos naturais etc., como também para o domínio pátrio e à consolidação da identidade nacional.⁵³

O terceiro conjunto de profissionais da Geografia que pensaram o Brasil em sua totalidade, aqui selecionados, reúne as primeiras gerações de geógrafos formadas dentro do próprio campo científico, com exceção de Josué de Castro e Milton Santos, que apesar de não serem graduados em Geografia, tornaram-se geógrafos e professores universitários de Geografia. Josué de Castro com formação em Medicina, em 1929, e Milton Santos, em Direito, em 1948. Ambos se dedicaram aos estudos geográficos ainda jovens, antes de ingressarem como professores universitários. Josué de Castro associou estudos de Medicina, Fisiologia, Nutrição e Geografia desde o início da década de 1930 e escreveu vários livros importantes vinculados a realidade nordestina, até a publicação de suas duas grandes obras que analisaram o país em sua totalidade, *Geografia da Fome*, em 1946, e *Geopolítica da fome*, em 1951.⁵⁴ Milton Santos lecionou Geografia no ensino secundário desde o início da década de 1940, antes de ingressar na Faculdade de Direito. Na segunda metade dos anos 1940 exerceu tanto a advocacia e o ensino de Geografia, quanto a atividade jornalística, como correspondente da Zona do Cacau, para o jornal baiano, *A Tarde*. A associação, sobretudo, entre os estudos geográficos e as atividades jornalísticas no sul da Bahia deu a Milton Santos as condições para desenvolver seus primeiros livros geográficos a partir da perspectiva regional, interna ao estado da Bahia, ao longo da década de 1950. O estudo sobre o país como totalidade e a construção de uma interpretação do Brasil aparecem posteriormente, na década de 1990, e na publicação de seu livro em coautoria, *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, em 2001.⁵⁵

Essas primeiras gerações preparadas pela Geografia universitária, ou a ela associadas, formaram-se no contexto político centralizador do Estado Novo, que se esforçou em consolidar a identidade nacional a partir da perspectiva regional e do regionalismo, inicialmente, como caminho de superação dos poderes oligárquicos e, posteriormente, como base do planejamento territorial para o desenvolvimento econômico. A implantação do IBGE teve, nesse sentido, papel fundamental, pois a partir de seus estudos de reconhecimento e descrição do espaço brasileiro, sobretudo do interior do país, estabeleceu as primeiras divisões regionais que subsidiaram as políticas de intervenção e ocupação do território nacional. Sustentando essas políticas estava a ideia de “vazios territoriais”, espaços vistos como não ocupados e atrasados, à espera de modernização e

⁵²RAJA GABAGLIA, F.A (1916).

⁵³ RAJA GABAGLIA (1947).

⁵⁴AZEVEDO (2014)

⁵⁵ MACHADO (2014)



integração. Essa ideia guiou muitos estudos de geógrafos brasileiros das gerações iniciais, principalmente os vinculados ao IBGE.

Desse período da Geografia institucionaliza, selecionamos aqui para a discussão, três geógrafos com visões distintas do país elaboradas em momentos diferentes: Josué de Castro, médico, geógrafo, político, um dos primeiros professores de Geografia da Universidade do Brasil, alcançou reconhecimento nacional e internacional que transcendeu o campo científico e da própria Geografia, a partir de sua interpretação do país em 1946; Pedro Geiger, um dos primeiros geógrafos do Conselho Nacional de Geografia (IBGE), na primeira metade da década de 1960 elaborou uma visão de Brasil a partir de uma perspectiva regional nova, diferente da estabelecida do próprio IBGE, e a consolidou em 1964. Bertha Becker, geógrafa, geopolítica e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com matrizes teóricas semelhantes às do Geiger, Becker construiu uma visão de Brasil igualmente a partir da perspectiva regional, mas estruturada pela associação dos seus estudos de fronteira como frente de expansão, da década de 1960, e a teoria do desenvolvimento polarizado, na década de 1970, quando sedimentou seu vínculo com a ciência política e passou a se dedicar a construção de um projeto geopolítico para o país, a partir do controle e gestão da Amazônia, pelo Estado brasileiro.

Em Josué de Castro a interpretação do Brasil na obra *Geografia da Fome*, publicada logo após o fim do Estado Novo, embora movimentada pelo nacionalismo do período, não se respaldava na ideia civilizatória, nem de “vazio territorial”, mas sim trazia uma visão sociológica do drama da fome no país, como resultado do próprio sistema econômico e social brasileiro e das marcas da estrutura colonial que precisavam ser vencidas. Os males sociais brasileiros, assim, não estavam nas condições naturais, mas nas distorções econômicas, no latifúndio, no uso monopolista da terra, nas relações de trabalho, na ausência de vias e meios de transporte, na pobreza generalizada da população, etc. E para seu enfrentamento era necessário alterar as causas estruturais dessas distorções com Reformas de base. A partir da Geografia regional possibilista, Josué de Castro dividiu o território brasileiro em cinco grandes áreas com características alimentares distintas em função dos recursos locais típicos. Para cada uma delas, associou aspectos naturais, econômicos e culturais e estabeleceu padrões de alimentação evidenciando suas potencialidades e carências nutricionais.

Traçou o mapa da fome no Brasil e demonstrou sua existência cientificamente não como produto do meio, mas sim como resultado de uma ação política. Assim, Josué evidenciou a fome no Brasil, tornando-a um fato político.⁵⁶ Posteriormente, em *Geopolítica da fome*, o autor estende sua interpretação para ao mundo, denunciando que a fome não era um fenômeno exclusivamente brasileiro, mas que atingia de maneira diferenciada todos os países. Segundo o autor o que denominou de geopolítica não se tratava de ação entre Estados, mas de “um método de interpretação da dinâmica dos fenômenos políticos em sua realidade espacial,

⁵⁶CASTRO (2004)



com suas raízes mergulhadas no solo ambiente”.⁵⁷ Suas teses tiveram alcance internacional e impulsionaram as discussões que se seguiram sobre o subdesenvolvimento, dependência e injustiças sociais, muito associadas ao nacionalismo de esquerda da CEPAL e do ISEB.

Pedro Geiger foi formado pela Universidade do Brasil, em 1939, em uma das primeiras turmas do Curso de Geografia e História. Foi um dos primeiros geógrafos contratados pelo Conselho Nacional de Geografia (IBGE), em 1942, ficando nessa instituição por mais de 40 anos. Participou também de importantes comissões na AGB, no Instituto Pan-americano de Geografia e História (IPGH) e na União Geográfica Internacional (UGI). Sua trajetória na Geografia, assim, foi realizada dentro de modernas instituições de ensino e pesquisa da época, que imprimiram práticas e protocolos científicos inovadores, assim como introduziram novas teorias geográficas no país. Foi um geógrafo do Estado brasileiro, exercendo atividades e funções importantes na escala federal, em diferentes governos a partir principalmente no IBGE, na época, uma autarquia responsável pela elaboração da política e do planejamento territorial nacional. Assim, desde sempre, o Brasil na sua totalidade se constitui como principal objeto de estudo para Geiger.⁵⁸ Nos anos 1960, após 20 anos no IBGE, elaborou uma divisão regional para o país, *Organização Regional do Brasil*, publicada em 1964. Embora não tenha sido oficialmente adotada pelo Instituto, teve grande repercussão e foi bastante utilizada, sobretudo pelo seu caráter explicativo da dinâmica sócio espacial brasileira, que ainda parece surpreendentemente atual. Apresentou uma regionalização que estava de acordo com a ideologia e o projeto do nacional-desenvolvimentismo, consagrado definitivamente no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e posteriormente aprofundado nos governos militares (1964-1984).

Rompendo com o modelo anterior de região natural, sustentado no possibilismo geográfico, Geiger apresentou uma regionalização atrelada ao desenvolvimento industrial brasileiro. Adotando um critério eclético, o autor introduziu a análise funcionalista de racionalidade econômica e combinou ideias de regiões homogêneas (espaço semelhante nas atividades de produção, menos desenvolvido economicamente e mais vinculado aos aspectos naturais e às atividades agrícolas) e polarizada (espaço mais desenvolvido economicamente que, comandado por uma cidade principal, extravasa seus limites, em função de sua dinâmica econômica e seus fluxos). Assim, a partir dos pólos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, Geiger estabeleceu três grandes regiões geoeconômicas explicativas do Brasil: A região Centro-Sul, mais complexa e desenvolvida, reunia o sul, sudeste e parte do centro-oeste; a Nordeste, formada pelos estados nordestinos, com forte herança do passado e a Amazônia, a grande fronteira de recursos a ser explorada, dominada pela dinâmica natural. Ambas menos complexas economicamente e mais homogêneas. Passados cerca de 40 anos desse Brasil nacional-desenvolvimentista, no início do século XXI, em *As formas do território*

⁵⁷ CASTRO (1951, p.13)

⁵⁸ GEIGER (2001)



brasileiro (2003) Geiger retornaria à interpretação do Brasil, mas de modo totalmente diferente, construindo uma história geográfica do território e da nação brasileira, a partir do papel das formas geográficas do território no desenvolvimento histórico e cultural do país, no passado e no presente.

Mais jovem sete anos do que Pedro Geiger, Bertha Becker teve também uma trajetória profissional construída dentro do campo científico da Geografia brasileira, e participou igualmente de importantes comissões da então rede institucional que sustentava o ensino e a pesquisa geográfica no país, a partir de 1930. Contudo, seu vínculo foi com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (denominada Universidade do Brasil, até 1965). Por influência de sua irmã mais velha, Fany Davidovich, também geógrafa das primeiras gerações, Bertha ingressou no Curso de Geografia e História da Universidade do Brasil, em 1939, formando-se em 1952, e indo, em seguida, trabalhar com o professor Hilgard Sternberg, no recém-criado Centro de Pesquisa de Geografia do Brasil (CPGB). Sternberg, igualmente geógrafo das primeiras gerações, não só implantou a pesquisa geográfica universitária no Rio de Janeiro, mas tornou o CPGB um importante núcleo de estudo e reconhecimento do território nacional, com apoio do CNPq, da Universidade e da Fundação Rockefeller.⁵⁹ Assim, foi sobretudo no CPGB que Bertha iniciou e passou a desenvolver estudos sobre o Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, acompanhando a abertura da fronteira agropastoril. Sua percepção da importância das fronteiras de povoamento, como frentes de expansão e ocupação territorial brasileira, tem aí suas origens. Tal como Geiger, Bertha vivenciou por longo período o nacional-desenvolvimentismo, marcando igualmente sua trajetória profissional e sua interpretação do país.

Na década de 1970, associando crescimento econômico e estrutura espacial, a geógrafa passou a pensar o Brasil como um sistema de regiões interdependentes. Identificou tipos de regiões a partir de suas dinâmicas econômicas e interações espaciais com base no modelo de desenvolvimento centro-periferia, um centro dinâmico e avançado que comandava e articulava o território nacional, mas ao mesmo tempo promovia disparidades regionais. Assim, duas regiões brasileiras emergiam como regiões-problema: o Nordeste, periferia deprimida, e a Amazônia, periferia não integrada e uma fronteira de recursos e novas oportunidades.⁶⁰ Vale lembrar que esse estudo foi conduzido durante o período militar do “milagre econômico” (1968-1970) o qual a política de integração nacional passou a ser complementada pelo projeto de “Brasil potência”, que para se viabilizar precisava cada vez mais incorporar novos espaços à economia nacional. A inclusão da Amazônia ao sistema nacional assumia, assim, a prioridade da ação governamental, no setor econômico social e de segurança.

Dentro desse contexto, Bertha Becker passou a acompanhar as novas frentes de expansão que iam em direção à Amazônia, a partir de diferentes formas e processos oriundos tanto dos projetos de colonização do

⁵⁹ Sobre o CPGB consultar, MACHADO (2008, p.126-136)

⁶⁰ BECKER (1972)



Governo federal quanto de povoamento espontâneo. Com base em extensas pesquisas de campo, realizadas a partir dos anos finais da década de 70, em várias regiões da Amazônia, a geógrafa não só presenciou o início dessas frentes, repletas de muitos conflitos, sobretudo de terra, e acompanhou suas mudanças ao longo do tempo, como também demonstrou a importância de sua dinâmica para o entendimento do Brasil. Essas frentes passaram a ser denominadas de fronteira, entendida como inovação, como “espaço não plenamente estruturado e potencialmente gerador de realidades novas”⁶¹.

A fronteira Amazônica brasileira tornou-se seu principal objeto de estudo e temas como Carajás, mineração, agropecuária, mobilidade urbana que foram centrais no início, principalmente pelo interesse na então integração nacional. Em função do acirramento dos processos de globalização do século XXI, novos temas surgiram vinculados à questão ambiental, às territorialidades indígenas e ao papel geoestratégico da Amazônia para o Brasil e no mundo. Para Bertha a Amazônia continuava sendo uma fronteira, mais de um novo tipo. A revolução científico-tecnológica, sobretudo a biotecnologia, tornou-a uma importante fronteira do capital natural, de estoque mundial de recursos naturais como, geologia, solos, ar, água, organismos vivos, etc. Para a geógrafa, sua biodiversidade passou a ser de grande interesse internacional, e seu controle e gestão deveriam ser feitos pelo Estado brasileiro a partir da implantação de políticas territoriais resultantes de um projeto nacional democrático. Bertha propunha um novo projeto geopolítico para o Brasil, tendo como centralidade a Amazônia, que no contexto de desregulamentação, só seria viável pela associação entre desenvolvimento e preservação do território. Na primeira década do século XXI, assim, a geógrafa defendia a necessidade de consolidar essa nova percepção da Amazônia e do Brasil, como caminho de sobrevivência e fortalecimento nacional para que o país possa estabelecer regras que sejam do seu interesse no novo xadrez geopolítico mundial.

A EMERGÊNCIA DO BRASIL, UMA CONCLUSÃO

Gostaríamos de encerrar esse artigo recuperando sua proposta central, que foi trazer para o debate o Brasil a partir dos estudos desenvolvidos pela Geografia brasileira. Na realidade, fomos guiados pela angústia do tempo presente, do desmonte institucional do Estado brasileiro e do vazio de um projeto nacional centrado, realmente, nos interesses nacionais, no desenvolvimento econômico autônomo do país, mesmo que relativo frente à força do capitalismo global. Assim, pensar o Brasil em sua escala nacional parece se colocar como tarefa imprescindível.

⁶¹ BECKER (2013, p.51). Essas definições de fronteira foram desenvolvidas e apresentadas na publicação de Amazônia, em 1990.



A recuperação do debate sobre o Brasil no âmbito das ciências sociais foi o caminho aqui escolhido para colocar o país em foco. Iniciando pelas considerações sobre o significado e abrangência de interpretação do Brasil, exploramos as primeiras ideias de Brasil, surgidas sobretudo na segunda metade do século XIX, como forma de entrada nos clássicos do pensamento brasileiro do século XX e suas interpretações do país. A partir de então, foi elaborado e trazido para a discussão um panorama dos geógrafos e seus estudos sobre o Brasil, objetivando tanto conhecer a natureza e o seu conteúdo quanto demonstrar a riqueza da contribuição da Geografia ao pensamento brasileiro, contribuição ainda à espera de investigação e aprofundamento. Não estamos, contudo, afirmando que os estudos dos clássicos do pensamento brasileiro e dos geógrafos são suficientes para pensar o país hoje. Otavio Ianni já assinalava, em 2001, que o Brasil de que os clássicos se referem não existia mais, e o resgate do que se pensou é apenas um caminho para nos colocar diante da questão, “afinal que Brasil é esse?”

Por fim, sobre a questão da capacidade da Geografia em oferecer interpretações do Brasil, eixo desse artigo, por ora, o que podemos apresentar são considerações ainda inconclusivas, mas com potencialidades de caminhos de pesquisa. Se nos orientarmos pela a ideia de interpretação como trabalho ensaístico, podemos dizer que os estudos geográficos após a década de 1940, não se encaixam nessa categoria, pois foram mais direcionados pelos protocolos metodológicos da Geografia científica moderna, observação que também pode ser estendida para outras áreas das ciências humanas. Contudo, o recorte temporal não é um único indicador do caráter ensaístico dos estudos. A obra de Euclides da Cunha se comparada a de Candido Rondon, por exemplo, prima pelo caráter literário e ensaísta. Já os trabalhos aqui analisados das primeiras gerações da Geografia institucionalizada como, por exemplo, os de Pedro Geiger e Bertha Becker, veiculam uma interpretação no sentido descritivo e explicativo do Brasil, desenvolvida a partir de um sistema teórico de pensamento. Uma rica descrição!

“Mas o que é uma boa descrição? Descrição e explicação são inseparáveis. O que deve estar no alicerce da descrição é a vontade e explicação, que supõe a existência prévia de um sistema. Quando este falta, o que resulta em cada vez são peças isoladas” (MILTON SANTOS, 1996-p.15-16)

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. S. **A Geografia e os geógrafos do IBGE no período de 1938-1998**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ANTUNES, C.F. **A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), origens, ideias e transformações**: notas de uma história, 2008. 307p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense: Niterói.
- ARRUDA, M.A. do N. A sociologia de Florestan Fernandes. **Tempo Social** (USP) v. 22, n.1 p. 9-27, 2010.
- AZEVEDO, G.F. Josué de Castro e sua obra: uma interpretação. In: **MACHADO, M. e MARTIN, A.** Dicionário dos geógrafos brasileiros, vl.1. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2014, p.67-84.
- BECKER, Bertha K. Crescimento Econômico e Estrutura Espacial do Brasil. Em **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE vol. 34, n.4, 1972. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1972_v34_n4.pdf



- BECKER, Bertha K. Memorial de concurso para provimento do cargo de professor titular no Departamento de Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (apresentado em dez.1993). **Espaço Aberto**, PPGG/UFRJ, v. 3, n.2, p. 49-82, 2013.
- BUENO, A. Euclides da Cunha. In: **ERMAKOFF, George (Org.)**. Dicionário biográfico ilustrado de personalidades da história do Brasil. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2012, p.406-407.
- CANDIDO, A. O significado de “raízes do Brasil” (Prefácio, 1967). In: **HOLANDA, Sérgio B.** Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1995, p.9-21.
- CARRIS, L. Rondon, Candido Mariano da Silva. In: **ERMAKOFF, George (Org.)**. Dicionário biográfico ilustrado de personalidades da história do Brasil. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2012. p. 1104-1105.
- CARRIS, L. Rondon; Rebouças, André Pinto. In: **ERMAKOFF, George (Org.)**. Dicionário biográfico ilustrado de personalidades da história do Brasil. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2012. p.1059-1060.
- CARVALHO, J.M. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 459p.
- CARVALHO, J.M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 20, n.2, 1997, p. 229-250.
- CARVALHO, M.A.C. André Rebouças: um Abolicionista. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. v. 116, 1996, p.37-50. http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1996_00116.pdf
- CASTRO, J. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro, pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira (4ª edição), 2004.
- CASTRO, J. **Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. Rio de Janeiro: CEB, 1951.
- COMPARATO, F. K. Raymundo Faoro historiador. São Paulo: **Estudos Avançados**, vol.17 n. 48, 2003
- COMTE-SPONVILLE. **Dicionário Filosófico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 322p.
- CORRÊA FILHO, V. Vultos da Geografia: Fernando Antonio Raja Gabaglia. **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, 1957, 19 (3), p.341-344.
- DOHNIKOFF, M. Introdução e Cronologia. In: **SILVA, José Bonifácio de Andrada e 1763-1838. Projetos para o Brasil: organização Miriam Dohnikoff**, 1998, p.13-37.
- FREYRE, G. Perfil de Euclides da Cunha. In: **Parcerias Estratégicas**, vol.2, n.4 (1997), p.63-88.
- GEIGER, Pedro P. Organização Regional do Brasil. **Revista Geográfica- Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH)**, n.61, Brasil, Julho/Dezembro, 1964. p. 25-57.
- GEIGER, Pedro P. **Entrevista com o geógrafo Pedro Geiger**, concedida à Mônica Machado, out. 2001. http://www.grupogeobrasil.uerj.br/usuario//pedro_geiger//pedro_geiger_geobiografia_2.pdf
- GEIGER, Pedro P. **As Formas do Espaço Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- IANNI, O. Pensar de outro modo um outro Brasil, **Revista Lua Nova**, CEDEC, 2001, n.45, p.119-129. <http://www.cedec.org.br/pensar-o-brasil---ano-2001---no-54>
- IGLÉSIAS, F.. **Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Nova Fronteira / UFMG, IPEA, 2000.
- JACSÓ, I. e PIMENTA, J. Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. In: **MOTA, Carlos Guilherme (Org.)**. Viagem completa. Formação: histórias. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Senac, 2000, p.127-175.
- KURI, L. e FEDI, L. Rondon e o positivismo: a defesa dos fetichistas. In: **KURY, L. e SÁ, M.R. (Org.)**. Rondon: inventários do Brasil (1900-1930). Andrea Jakobsson Estúdio, 2017, p.224-251.
- LIMA, N. T. e SÁ, D. M. O território da República e a Comissão Rondon. In: **KURY, L. e SÁ, M.R. (Org.)**. Rondon: inventários do Brasil (1900-1930). Andrea Jakobsson Estúdio, 2017, p.20-47.
- MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: **CASTRO et.al(Orgs.)**. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 309-351.
- MACHADO, M. S. **A construção da Geografia universitária no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Apicuri, FAPERJ, 2009. 231p.



- MACHADO, M. S. A força do lugar na obra de Milton Santos. In: **MACHADO, M. e MARTIN, A.** Dicionário dos geógrafos brasileiros, vl.1. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2014, p.133-166.
- MARTIN, A. Everardo Backheuser e o nascimento da Geopolítica brasileira. In: **MACHADO, M. e MARTIN, A (Org.)**. Dicionário dos geógrafos brasileiros, v.2, Rio de Janeiro: 7 Letras, Ed. 2020, p.87-106.
- MARTINS, J. R. Os interpretes do Brasil: pensamento sociopolítico lastreado no fluxo das ideias, narrativas e realidades na busca de uma identidade nacional brasileira. **NEP, Programa de Pós-graduação e Sociologia**, UFPR, v.3, n.2, 2017, p-92-123.
- MYAMOTO, S. **Os estudos geopolíticos no Brasil**: uma contribuição para sua avaliação. Perspectivas, São Paulo, 1981, v.4 p.75-92.
- MICELI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**, v. 1. São Paulo: Vértice/Idesp, 1989.
- MICELI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**, v. 2. São Paulo: Sumaré. 1995.
- MORAES, A.C.R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.198p.
- MORAES, A.C.R. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1991a.
- MORAES, A.C.R. Notas sobre a identidade nacional e a institucionalização da Geografia no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, n. 8, 1991b.
- MOTTA, G.C. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. In: **MOTA, Carlos Guilherme (Org.)**. Viagem completa. Formação: histórias. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Senac, 2000, p.199-238.
- NETTO, J.P. **Nelson Werneck Sodré: o general da história e da cultura**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- Oliveira, F. de. Pensar com radicalidade e com especificidade. Pensar o Brasil. Parte: Como Pensar. **Revista Lua Nova**, CEDEC, 2001, n.45, p.89-95. <http://www.cedec.org.br/pensar-o-brasil---ano-2001---no-54>
- OLIVEIRA, L. L. Interpretações sobre o Brasil. In: **MICELI, S. (Org.)**. O que ler na Ciência social brasileira. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999, p. 147-181
- PECAULT, D. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.
- PENHA, E. A. A Criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo. **Cadernos Memória Institucional**. Rio de Janeiro: CDDI –IBGE, 1993, 124 p.
- PEREIRA, J.V.C. O Espírito geográfico na obra de Euclides da Cunha. **Boletim Paulista de Geografia**, março, 1950, v,4, p.48-60.
- PERICÁS, L. B. e SECCO, L. (Orgs.). **Interpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014, 416p. <https://www2.boitempoeditorial.com.br/produto/interpretes-do-brasil-478>
- RAJA GABAGLIA, F.A **As fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ, do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C, 1916.
- RAJA GABAGLIA, F.. Geografia política e engenharia. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE. v. 55, 1947, p.819-822.
- RIBEIRO, D. Cândido Mariano da Silva Rondon. **Revista de Antropologia**, [S. l.],v. 6, n.2, p.97-103, 1958. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/110382>. Acesso em: 05. jan. 2021.
- RICUPERO, B. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008. 224p.
- SANTOS, L.C.V.G. **Euclides da Cunha: Uma biografia**, São Paulo: Editora Todavia, 2021, 432.
- SANTOS, M.A.M (Org.). Geografia e Geopolítica A contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. **Memória institucional**, IBGE: CDDI, 2009.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996, 308p.
- SCHWARCZ, L. e BOTELHO, A. (Orgs.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/12863.pdf>
- SEGISMUNDO, F. **Colégio Pedro II: tradição e modernidade**. Rio de Janeiro: Unigraf, Ed. e Planejamento, 1987, p.124-161.
- SHIOTA, R. R. e FERNANDEZ, R.. Intérpretes do Brasil: escritoras negras contra o patriarcalismo. **Graphos, Revista da Pós-graduação em Letras**, UFPB, v. 20, n. 2, 2018, p.43-58. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/44138>



SILVA, A. da C. Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. In: **MOTA, Carlos Guilherme (Org.)**. Viagem completa. A grande transição. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Senac, 2000, p.17-41.

SILVA, L. D. Apresentação. **NABUCO, J. O** **aboliconismo**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999, p.IX-XX.